Morlan S.A.

C.N.P.J. nº 53.309.795/0001-80

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em atenção às disposições legais e estatutárias, submetemos à consideração dos senhores acionistas as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Permanecemos, outrossim, ao inteiro dispor de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que porventura se façam necessários.

Orlândia-SP, 31 de março de 2017. **A DIRETORIA.**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	**Nota**	**2016**	**2015**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	62.067.098	74.972.172
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	74.439.750	77.023.151
Estoques	8	82.784.551	71.640.211
Tributos a recuperar	9	8.649.222	1.480.382
		227.940.621	225.115.916
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		647.336	555.127
Tributos a recuperar	9	2.137.647	2.896.410
Outros ativos		95.000	95.000
		2.879.982	3.546.537
Investimentos		61.556	61.556
Imobilizado	10	139.361.518	127.575.768
Intangíveis		136.082	129.301
		139.559.156	127.766.625
Total do ativo		**370.379.759**	**356.429.078**

Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2016**	**2015**
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	11	30.817.144	27.304.727
Financiamentos	12	5.513.927	4.432.645
IR e CS sobre o lucro		-	1.863.083
Impostos a recolher	13	6.624.425	8.440.668
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	16	12.723.498	11.287.454
		55.678.995	53.328.577
Não circulante			
IR e CS sobre o lucro - "sub judice"	15 (b)	1.788.880	1.869.951
Outros tributos - "sub judice"		18.806	18.806
IR e CS diferidos	15 (a)	14.067.371	10.636.642
Financiamentos	12	927.592	624.197
Provisão para contingências	14	196.300	196.300
		16.998.949	13.345.896
Patrimônio líquido	16		
Capital social		226.899.069	226.899.069
Reserva de capital		1.047.972	1.047.972
Reservas de lucros		69.754.773	61.807.564
Total do patrimônio líquido		**297.701.815**	**289.754.605**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**370.379.759**	**356.429.078**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em reais

	Capital social	Reserva de capital - Subvenções para investimentos	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Retenção	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2014	226.899.069	1.047.972	3.702.232	39.946.338	-	271.595.611
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	38.821.791	38.821.791
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	1.941.090	-	(1.941.090)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 1,91 por ação)	-	-	-	-	(3.688.070)	(3.688.070)
Remuneração sobre o capital próprio (R$ 8,79 por ação)	-	-	-	-	(16.974.727)	(16.974.727)
Constituição de reserva - Retenção	-	-	-	16.217.904	(16.217.904)	-
Em 31 de dezembro de 2015	226.899.069	1.047.972	5.643.322	56.164.242	-	289.754.605
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.811.361	26.811.361
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	1.340.568	-	(1.340.568)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 1,32 por ação)	-	-	-	-	(2.547.078)	(2.547.078)
Remuneração sobre o capital próprio (R$ 8,45 por ação)	-	-	-	-	(16.317.073)	(16.317.073)
Constituição de reserva - Retenção	-	-	-	-	6.606.642	(6.606.642)
Em 31 de dezembro de 2016	226.899.069	1.047.972	6.983.890	62.770.884	-	297.701.815

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	Nota	2016	2015
Receitas	19	411.300.850	424.622.079
Custo dos produtos vendidos	20	(302.522.802)	(303.346.823)
Lucro bruto		108.778.048	121.275.256
Despesas com vendas	20	(50.295.419)	(50.572.004)
Despesas administrativas	20	(33.679.616)	(30.859.519)
Outras despesas, líquidas	21	(3.434.898)	(1.011.927)
Lucro operacional		21.368.115	38.831.806
Despesas financeiras	22	(6.286.701)	(4.550.940)
Receitas financeiras	22	16.880.752	18.807.972
Resultado financeiro		10.594.051	14.257.032
Lucro antes do IR e da CS		31.962.167	53.088.838
IR e CS	15 (c)	(5.150.806)	(14.267.047)
Lucro líquido do exercício		26.811.361	38.821.791
Ações em circulação no final do exercício		1.930.753	1.930.753
Lucro líquido básico por ação	17	13,89	20,11

Em 2016 e em 2015 não há outros componentes do resultado abrangente além do lucro líquido do exercício, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas as demonstrações do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2016**	**2015**
Lucro antes do IR e da CS	31.962.167	53.088.838
Ajustes		
Depreciação e amortização	5.817.639	5.693.778
Baixa de ativo imobilizado vendido	71.953	728.361
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(255.798)	-
Juros e variações monetárias e cambiais sobre contas a receber, empréstimos e tributos "sub judice"	(633.343)	(241.786)
	36.962.618	59.269.193
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes e outros ativos	3.608.692	(2.758.766)
Estoques	(11.144.341)	7.898.579
Tributos a recuperar	(6.410.076)	210.579
Fornecedores e outras contas a pagar	3.512.417	5.395.076
Tributos a recolher	(1.816.243)	7.736.027
Caixa gerado nas operações	24.713.068	77.750.688
Encargos financeiros pagos	(32.920)	(86.877)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(409.496)	(14.267.047)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	24.270.652	63.396.765
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(20.862.313)	(33.732.465)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	38.400	427.926
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(20.823.913)	(33.304.539)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(7.628.207)	(3.151.167)
Dividendos e juros sobre o capital próprio, pagos	(17.428.107)	(12.721.078)
Captação de empréstimos	8.704.500	3.661.550
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(16.351.814)	(12.210.696)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(12.905.075)	17.881.530
Caixa e equivalentes caixa no início exercício	74.972.172	57.090.643
Caixa e equivalentes caixa no final exercício	62.067.098	74.972.173

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais - A Companhia está sediada em Orlândia, Estado de São Paulo, e tem como objeto social e atividade preponderante a produção e comercialização de arames, telas e artefatos. Os principais produtos fabricados são:

• Linha agropecuária: arames para cercas (inclusive elétricas), arames para culturas aéreas, cordoalhas para curral, grampos para cercas, distanciadores, telas hexagonais e arame para enfardamento;

• Linha para construção civil: arame recozido, pregos e telas para tapume, para segurança e sinalização; e

• Linha industrial: arame galvanizado industrial, arame galvanizado retrefilado, arame plastificado, arame revestido de nylon, arame cobreado e banda colada.

2. Resumo das principais políticas contábeis - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação e apresentação -** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 31 de março de 2017. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. **2.2 Conversão de moeda estrangeira - (a) Moeda funcional e moeda de apresentação -** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **(b) Transações e saldos -** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, financiamentos, fornecedores e outros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.3 Instrumentos financeiros não derivativos - (a) Ativos financeiros não derivativos - (i) Classificação -** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **(ii) Reconhecimento e mensuração -** Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. **(iii) Empréstimos e recebíveis -** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem as contas a receber de clientes e outras contas a receber. **(iv) *Impairment* de ativos financeiros -** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **(vi) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **(b) Passivos financeiros não derivativos -** A Companhia reconhece os passivos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, financiamentos e outras contas a pagar. **2.4.1 Compensação de instrumentos financeiros -** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.2 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros -** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos, fornecedores e financiamentos e demais contas a receber e a pagar, que estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas. Em 2016 e 2015 a Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. **2.5 Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*). A PCLD é registrada em contrapartida da rubrica "Despesas com vendas", na demonstração do resultado. Na prática, considerando o curto prazo para recebimento, são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura correspondente. **2.6 Estoques -** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de embalagem, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização *(impairment)*, esta é imediatamente reconhecida no resultado. **2.7 Depósitos judiciais -** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais efetuados são mensurados pelo custo amortizado, considerando o índice de atualização aplicável a cada tipo de depósito. **2.8 Imobilizado -** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e benfeitorias	5 - 25
Veículos	5 - 8
Máquinas e equipamentos	5
Instalações industriais	20
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. A Companhia não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos. **2.9 Intangível -** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de forma linear no prazo de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.10 Redução ao valor recuperável de ativos "*Impairment*" -** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Até 31 de dezembro de 2016 não foram identificados indícios de perda (*Impairment*). **2.11 Financiamentos -** Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.12 Fornecedores -** As contas a pagar para fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, assim como saldos a pagar a representantes, salários e encargos sociais, adiantamentos de cliente e outros, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.13 Outros ativos e passivos (circulante e não circulante) -** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.14 Provisões -** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Nesse caso, uma provisão é reconhecida mesmo quando se espera que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser desembolsados para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. **2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido -** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e contribuição social diferido são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não puder ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. **2.16 Benefícios a empregados e diretores - Participação nos lucros -** A Companhia oferece a seus funcionários benefício de participação nos lucros calculado com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela administração e contabilizadas na demonstração do resultado. **2.17 Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.18 Reconhecimento da receita -** A receita de venda compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos incidentes sobre as vendas. **(a) Venda de produtos -** A Companhia reconhece a receita e os custos associados de vendas, no momento em que os produtos são entregues aos clientes ou quando os riscos e benefícios associados são transferidos. A receita é registrada pelo valor líquido de vendas (após deduções de impostos, descontos e devoluções). **(b) Receitas financeiras -** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio -** A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor de dividendos acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas abaixo: **(a) Provisão para créditos com liquidação duvidosa -** Referida provisão foi constituída com base nos saldos em aberto de determinados clientes e com base na análise individual de cada um. **(b) Imposto de renda e contribuição social -** A Companhia reconhece créditos e débitos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. **(c) Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado -** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. **(d) Provisão para contingências -** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4. Gestão de risco financeiro - As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia que identifica, avalia e procura minimizar os riscos financeiros resultantes de suas atividades comerciais e operacionais da Companhia , em conjunto com a diretoria. A diretoria estabelece as diretrizes para o futuro, baseadas, principalmente, no planejamento de produção do ano e em suas estratégias de comercialização. As políticas de gestão de risco refletem os princípios para a gestão de risco definidos pelos acionistas e diretoria.

(a) Risco de Mercado - (i) Risco cambial - As operações da Companhia estão expostas ao risco de variação cambial oriundo de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira; de maneira geral, correspondidos pelos ativos e passivos relacionados às exportações de produtos e importação de bens destinados à ampliação no parque fabril. A principal matéria-prima da Companhia, aço longo (fio máquina), bem como o preço de seus produtos, também sofrem influência indireta do câmbio no mercado interno em função de estarem relacionados com o mercado internacional do aço. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a exposição cambial da Companhia está relacionada às Contas a receber de clientes, vide nota 7. A política de gestão de risco cambial estabelece limites para a exposição ao risco cambial das futuras exportações e, de acordo com essa política, a Empresa avalia a necessidade de contratar instrumentos financeiros que protejam a posição vendida em dólar, cujos preços, que são contados em moeda estrangeira, já estejam fixados. **(i) Risco de volatilidade nos preços das commodities -** A principal matéria-prima da Companhia, aço longo (fio máquina), bem como o preço de seus produtos, também sofrem influência indireta da volatilidade nos preços praticados no mercado nacional e internacional do aço. **(b) Risco de crédito -** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Nesse contexto, historicamente, a Companhia não têm registrado perdas significativas nas contas a receber de clientes. No que diz respeito às aplicações financeiras, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. **(c) Risco de liquidez -** A Companhia gerencia o risco de liquidez pela manutenção de saldos em caixa e equivalentes de caixa em montantes suficientes que lhe permita assumir eventuais perdas extraordinárias além dos passivos já assumidos e previstos em seus fluxos de caixa futuros. Também faz parte da política de liquidez a constante negociação para liberação de linhas de crédito com instituições financeiras para cobrir eventuais necessidades de saída de caixa não previstas pelos fluxos de caixa futuros. **(d) Outros riscos -** A administração da Companhia monitora outros riscos operacionais e financeiros inerentes à gestão dos negócios, tais como risco de liquidez e com taxas de juros.

5. Instrumentos financeiros por categoria - Os instrumentos financeiros ativos e passivos são classificados nas seguintes categorias:

Ativos, conforme o balanço patrimonial	**2.016**	**2.015**
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	62.067.098	74.972.172
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	74.439.750	77.023.151
Depósitos judiciais	3.951.790	3.616.088
	140.458.638	155.611.411

Passivo, conforme o balanço patrimonial	**2.015**	**2.016**
Outros passivos financeiros		
Financiamentos	6.441.519	5.056.842
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	12.723.498	11.287.454
Fornecedores e outras contas a pagar	30.817.144	27.304.727
	49.982.162	43.649.023

6. Caixa e equivalentes de caixa

Modalidade	**Taxas contratadas**	**2016**	**2015**
Aplicações financeiras			
Fundos de investimentos (i)	Substancialmente, variação de títulos públicos	4.192.974	3.781.854
CDB - Pós-fixado (i)	20% da variação do CDI	1.851.246	3.250.546
CDB - Pós-fixado (i)	93,5% a 104% da variação do CDI (2015 de 96% a 104%)	54.393.091	65.987.845
Outros (i)	Índice de variação da poupança	107.482	65.311
		60.544.792	73.085.554
Depósitos bancários em conta corrente e recursos em caixa		1.522.306	1.886.619
		62.067.098	74.972.172

(i) Aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha, resgatáveis a qualquer momento.

7. Contas a receber de clientes e outros ativos

	2016	**2015**
Contas a receber no país	61.791.231	66.859.710
Contas a receber no exterior (2016 - US$ 2.782.743 ; 2015 - US$ 2.088.093)	9.276.923	8.152.332
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(44.221)	(300.019)
Contas a receber de clientes, líquidas	71.023.933	74.712.023
Adiantamentos diversos	2.678.342	2.135.681
Pagamentos antecipados	35.716	824
Outros créditos	701.759	174.623
	74.439.750	77.023.151

Os saldos das contas a receber de clientes em aberto são realizáveis no curto prazo e a análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2016	**2015**
Vencidas acima de 180 dias	888.567	913.632
Vencidas até 180 dias	5.413.856	6.038.222
A vencer em até três meses	64.137.226	65.228.309
A vencer após três meses	628.505	2.831.879
	71.068.154	75.012.042

Os títulos vencidos estão substancialmente em aberto a menos de 180 dias e, historicamente a Companhia não realiza perdas com essas contas receber, tendo a expectativa de recebê-las no curto prazo.

8. Estoques

	2016	**2015**
Produtos acabados	15.167.948	14.661.746
Produtos em elaboração	8.139.917	7.878.530
Matérias-primas	48.033.019	39.707.323
Materiais de embalagem, auxiliares e outros	11.782.198	9.742.982
(-) Provisão para obsolescência	(338.531)	(350.370)
	82.784.551	71.640.211

9. Tributos a recuperar

	2016	**2015**
Imposto sobre circulação de mercadoria - ICMS sobre compras destinadas ao ativo imobilizado	3.788.873	3.213.946
PIS e COFINS sobre compras destinadas ao ativo imobilizado	6.872.001	1.155.322
Outros impostos	125.995	7.524
Total	10.786.868	4.376.792
Circulante	(8.649.222)	(1.480.382)
Não circulante	2.137.647	2.896.410

Os créditos tributários oriundos de compras destinadas ao ativo imobilizado da Companhia são compensados com os impostos de mesma natureza na proporção permitida pela legislação tributária correspondente.

10. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Em 31/12/2014	434.416	23.878.173	53.403.163	-	1.183.843	13.478.561	18.085.502	2.093.389	102.557.047
Aquisições	-	184.022	2.224.704	-	497.242	711.170	8.940.211	21.065.026	33.622.376
Alienações	-	-	(364.245)	-	(18.847)	(897)	-	(344.372)	(728.361)
Depreciação	-	(1.480.352)	(5.110.355)	-	(540.123)	(744.463)	-	-	(7.875.293)
Transferências	-	2.754.585	10.852.094	-	525.691	3.114.455	(8.668.996)	(8.577.829)	(0)
Saldo contábil, líquido	434.416	25.336.427	61.005.362	-	1.647.806	6.558.826	18.356.717	14.236.214	127.575.768
Em 31/12/2015									
Custo total	434.416	40.055.733	152.646.709	12.060.898	7.403.022	15.391.784	18.356.717	14.236.214	260.585.494
Depreciação acumulada	-	(14.719.306)	(91.641.347)	(12.060.898)	(5.755.217)	(8.832.958)	-	-	(133.009.726)
Saldo contábil, líquido	434.416	25.336.427	61.005.362	-	1.647.806	6.558.826	18.356.717	14.236.214	127.575.768
Em 31/12/2015	434.416	25.336.427	61.005.362	1.647.806	1	6.558.826	18.356.717	14.236.214	127.575.768
Aquisições	-	187.612	1.729.647	-	135.400	449.617	27.096.572	8.348.314	37.947.162
Alienações	-	(4.578)	(50.204)	(1.404)	-	(15.767)	-	(17.084.849)	(17.156.802)
Depreciação	-	(2.204.404)	(5.524.940)	1.404	(573.260)	(703.409)	-	-	(9.004.608)
Transferências	-	9.578.240	32.213.295	-	-	388.309	(42.179.844)	-	(0)
Saldo contábil, líquido	434.416	32.893.297	89.373.160	-	1.209.946	6.677.576	3.273.445	5.499.679	139.361.518
Em 31/12/2016									
Custo total	434.416	49.817.007	186.539.447	12.059.494	7.538.422	16.213.943	3.273.445	5.499.679	281.375.853
Depreciação acumulada	-	(16.923.710)	(97.166.287)	(12.059.494)	(6.328.476)	(9.536.367)	-	-	(142.014.335)
Saldo contábil, líquido	434.416	32.893.297	89.373.160	-	1.209.946	6.677.576	3.273.445	5.499.679	139.361.518

As obras em andamento e os adiantamentos a fornecedores referem-se, principalmente, a ampliação da área industrial. As máquinas e equipamentos, no valor de R$ 1.488.590, são cedidas em garantia de financiamentos bancários (Nota 12).

11. Fornecedores e outras contas a pagar

	2016	**2015**
Fornecedores diversos	15.413.503	12.862.875
Contas a pagar a representantes	1.000.085	1.094.441
Salários, provisões e obrigações sociais	11.391.524	10.021.643
Comissões a pagar	139.054	257.415
Adiantamentos de clientes	1.167.164	1.633.768
Outras contas a pagar	1.705.816	1.434.586
	30.817.144	27.304.727

12. Financiamentos - Em 31 de dezembro de 2016, refere-se a FINAME no montante de R$ 1.494.942 obtido para aquisição de máquinas e equipamentos, o qual é garantido pelos próprios bens financiados e tem incidência de juros entre 5,5% e 7,5% ao ano, e também contrato de Adiantamento Contrato de Câmbio - ACC no montante de R$ 4.946.576 para financiamento de exportação da Companhia com incidência de juros de 4,69% a.a. (2015 - 3,30% a.a.). Os montantes classificados como não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2016	**2015**
2017	5.513.927	463.399
2018	311.139	70.312
2019	273.659	66.108
2020	225.345	24.378
2021	117.450	-
	927.592	624.197

13. Impostos a recolher

	2016	**2015**
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	2.501.459	2.680.982
ICMS normal e substituição tributária sobre vendas de produtos a outros estados	1.945.187	3.331.429
PIS e COFINS sobre venda de produtos	839.610	1.387.988
IRRF sobre ordenados a empregados e diretores e serviços prestados	926.168	1.038.142
Outros	412.000	2.127
	6.624.425	8.440.668

14. Provisões para contingências - A Companhia avalia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, as probabilidades de ter contra si a materialização de contingências passivas de naturezas diversas, tais como oriundas de ações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2016, o montante de processos trabalhistas e tributários cujas probabilidades de perdas eram consideradas possíveis, pelos consultores jurídicos, e não provisionados pela Companhia, era de R$ 1.365.885 (2015 - R$ 4.632.359). Quando necessário são efetuados depósitos judiciais, registrados no ativo não circulante referentes aos processos e questões em andamento.

15. Imposto de renda e contribuição social

(a) Natureza dos tributos diferidos	**2016**	**2015**
Ativo de imposto diferido		
Tributos diferidos sobre adições temporárias:		
Provisão para contingências	66.742	66.742
Provisão para perda de investimentos e depósitos compulsórios	301.194	301.194
Provisão para devedores duvidosos	15.035	102.006
Provisão para obsolescência de estoques	115.101	119.126
	498.072	589.069
Passivo de imposto diferido		
Diferença de depreciação para fins fiscais (RTT) (i)	(14.565.443)	(11.225.711)
Passivo de imposto diferido, líquido	(14.067.371)	(10.636.642)

(i) Refere-se à diferença entre as vidas úteis dos bens do ativo imobilizado considerada para fins contábil e fiscal, em razão da alteração da vida útil contábil, conforme descrito na nota 2.8.

(b) Tributos "sub judice" corrigidos com base na taxa SELIC

	2016	**2015**
Imposto de renda e contribuição social sobre:		
Compensação acima do limite fiscal, mediante liminar	4.999.303	4.808.660
Dedução da correção monetária do Plano Verão	94.031	122.252
Depósitos judiciais (i)	(3.304.454)	(3.060.961)
	1.788.880	1.869.951

Como parte da discussão dos Tributos "sub judice" foi exigido pela justiça depósitos judiciais para manutenção do direito de discussão do processo.

(c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva:

	2016 Imposto de renda	2016 Contribuição social	2015 Imposto de renda	2015 Contribuição social
Lucro antes da CS e do IR	31.962.167	31.962.167	53.088.838	53.088.838
Alíquotas nominais	25%	9%	25%	9%
	7.990.542	2.876.595	13.272.210	4.777.995
Tributos sobre adições permanente				
Multas não dedutíveis, auxílios e donativos	357.972	163.192	1.929.220	801.362
Tributos sobre exclusões permanentes	(662.668)	(27.021)	(539.480)	(202.853)
Redução dos tributos decorrentes do pagamento de juros sobre o capital próprio	(4.079.268)	(1.468.537)	(4.243.681)	(1.527.725)
Outros				
Total dos tributos no resultado	3.606.577	1.544.229	10.418.268	3.848.779

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital social está dividido em 1.930.753 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 965.377 ações ordinárias e 965.376 ações preferenciais.

(b) Destinação dos lucros

Aos acionistas são assegurados por dividendos mínimos de 10% do lucro líquido do exercício, após a apropriação da reserva legal. Em 2016 foi registrado o valor de R$ 2.547.078 a esse título (2015 - R$ 3.688.070); além da distribuição complementar por meio do pagamento de juros sobre o capital próprio ("JCP"), conforme deliberado pelos acionistas durante o exercício de 2016, no valor de R$ 16.317.073 (2015 - R$ 16.974.727).

(c) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social. O saldo remanescente de lucros acumulados e/ou do lucro líquido do exercício, em 2016 e em 2015, foi transferido para a conta de reserva de lucros - "Retenção" para ter sua destinação final deliberada na Assembleia Geral Ordinária - AGO.

(d) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio foram calculados de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e os montantes destinados a esse fim foram deduzidos das bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social em 2016 e 2015(Nota 15(c)).

17. Lucro por ação

Básico - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2016	**2015**
Lucro líquido atribuível aos acionistas	26.811.361	38.821.791
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais (não houve novas emissões no exercício)	1.930.753	1.930.753
Lucro básico por ação	13,89	20,11

A companhia não possui instrumentos diluidores para o cálculo de lucro diluído por ação.

18. Transações com partes relacionadas

A remuneração do pessoal chave da administração (diretoria) inclui salários e contribuições previdenciárias no montante de R$ 5.468.897 (2015 - R$ 3.882.914).

19. Receita de vendas

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2016	**2015**
Vendas no mercado interno	473.351.609	487.320.638
Vendas no mercado externo	27.579.295	28.476.354
Receita bruta	500.930.904	515.796.991
Impostos e contribuições	(87.111.976)	(88.715.757)
Descontos e devoluções de vendas	(2.518.079)	(2.459.157)
Receita líquida	411.300.850	424.622.079

20. Despesas por natureza

	2016	**2015**
Matéria prima	235.565.271	242.384.712
Custos com pessoal	48.920.133	45.683.290
Gastos gerais de produção	37.524.401	32.661.897
Despesas com fretes, expedições e viagens	23.296.446	22.265.952
Comissões sobre vendas	11.945.726	13.254.431
Descontos sobre vendas	1.491.673	1.125.677
Depreciação e amortização	5.817.639	5.052.806
Manutenção veículos	8.703.668	8.925.110
Serviços de terceiros	3.392.189	3.588.603
Propaganda e publicidade	2.543.433	2.315.982
Outras despesas	7.297.258	7.519.886
	386.497.837	384.778.346
Classificação		
Custo das vendas	302.522.802	303.346.823
Despesas com vendas	50.295.419	50.572.004
Despesas administrativas	33.679.616	30.859.519
	386.497.837	384.778.346

21. Outros despesas, líquidas

	2016	**2015**
Gastos com demissão e indenização de pessoal	(4.523.386)	(424.691)
PIS/Cofins sobre outras receitas	(702.198)	(359.381)
Baixa do custo histórico de ativos imobilizado vendidos	(118.554)	(1.332.114)
Ganho em processo tributário de PIS - Processo 0309639-55.1992.403.6102	1.439.559	-
Baixa da depreciação acumulada de ativos imobilizado vendidos	117.535	922.518
Receita líquida das vendas de ativos imobilizado	38.400	427.926
Outras receitas (despesas)	313.746	(246.185)
	(3.434.898)	(1.011.927)

A Companhia realizou campanha, no início de 2016, denominada Programa de Desligamento Voluntário ("PDV"), onde ofereceu aos funcionários que optassem por tal programa alguns benefícios que não estariam disponíveis caso o desligamento ocorresse em vias normais. O respectivo programa teve como objetivo a redução de custos da Companhia e obteve uma adesão satisfatória e dentro do que a administração esperava. O programa ficou disponível para todas as áreas e por tempo determinado.

22. Resultado financeiro

	2016	**2015**
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	(5.296.635)	(3.793.583)
Variações monetárias passivas	(193.250)	(176.476)
Taxas, juros e encargos bancários	(638.295)	(548.940)
Outras despesas financeiras	(158.521)	(31.940)
	(6.286.701)	(4.550.940)
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	8.487.282	9.682.588
Variação monetária ativa	608.279	914.423
Juros e atualização monetária de aplicações	7.658.624	7.558.901
Outras receitas financeiras	126.567	652.059
	16.880.752	18.807.971
Resultado financeiro	10.594.051	14.257.032

23. Cobertura de seguros (não auditado)

A cobertura de seguros contra eventuais sinistros é contratada para cobrir riscos com os ativos existentes e considera a natureza dos produtos fabricados e a orientação de consultores especializados. As principais coberturas, em 31 de dezembro de 2016 são conforme abaixo:

Bens Segurados	**Risco Segurado**	**Valor Segurado**
Seguro empresarial - patrimônio	Incêndios	60.000.000
	Vendaval, granizo, etc.	370.600
	Danos elétricos	600.000
	Equipamentos eletrônicos	200.000
	Roubos e furtos	80.000
	Veículos terrestres	370.600
Aeronave	Danos e outros riscos à aeronave	430.000
	Cobertura Adicional - Gerra, sequestro e outros riscos	430.000
	Emergência e primeiros socorros, remoção de destroços e colocação de espuma na pista	21.500
	Invalidez e despesas médicas para passageiros e tripulantes	491.866
Automóveis	Colisão, incêndio, roubo e furto	Valor de mercado dos automóveis
	Cobertura pessoal por danos materiais	250.000
	Danos Corporais	500.000
	Danos Morais	100.000
Estoques	Cobertura no transporte de mercadorias inerentes ao ramo de atividade da companhia	R$ 300.000 por veículo/viagem

Diretoria

Luiz Antonio Fávaro - TC CRC 1SP047906/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Morlan S.A. **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras Morlan S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Morlan S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP00 0160/O-5 "F"

Maurício Cardoso de Moraes
Contador
CRC 1PR035795/O-1 "T" SP